



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO
<http://www.sed.rct-sc.br/clipping>

Recortes de notícias sobre educação

"Serei um aliado dos professores"

Palavras de Marco Antônio Tebaldi, novo Secretário de Estado da Educação, em entrevista ao jornal Notícias do Dia, de 14/12/2010.

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br

e clicando em **IMPrensa**

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 14/12/2010



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Política	Data: 14/12/10
Assunto: “Serei um aliado dos professores”		Página: 10

“Serei um aliado dos professores”

Onovo secretário de Estado da Educação, Marco Antônio Tebaldi (PSDB), teve ontem na Capital a primeira reunião para conhecer a realidade que vai administrar nos próximos quatro anos. Ele já tomou conhecimento dos primeiros números da pasta. O futuro secretário foi prefeito de Joinville por sete anos. Elegeu-se deputado federal com mais de cem mil votos, mas preferiu aceitar o convite para uma secretaria de Estado, que não esperava que fosse a Educação, do que exercer o mandato de deputado federal por quatro anos. Em sua primeira entrevista desde que foi convidado pelo governador Raimundo Colombo (DEM), Tebaldi conta um pouco de suas prioridades no cargo.

Notícias do Dia. – O senhor vai pagar o piso nacional do professor que é de R\$ 1.024,67?

Marco Tebaldi – Essa questão eu preciso entender melhor. A informação que me foi passada pelo atual secretário é que o Estado já paga esse piso. Me parece, e isso eu tenho que apurar, é que o Sinte quer colocar esse piso no Plano de Carreira. Vou constituir uma comissão com técnicos da Educação e do Sinte para analisar esse assunto. O que eu posso adiantar sobre esse assunto é que na secretaria eu vou ser um aliado dos professores.

ND – O senhor vai receber o Sinte para negociar reivindicações?

Tebaldi – Claro. Sempre. Desde que haja um diálogo respeitoso não vou me furtar de receber os representantes do Sindicato. Eu não tenho nenhum tipo de dificuldades para negociar reivindicações com qualquer sindicato. Vou receber bem todos que me procurarem.

ND – Por que o senhor trocou quatro anos de mandato em Brasília para assumir a maior secretaria do Estado, com o maior orçamento, mas também como um grande desafio?

Tebaldi – Se o José Serra

tivesse vencido a eleição para presidente, ou a composição tivesse ficado mais equilibrada – a situação hoje é de 401 deputados governistas contra o restante 112 da oposição – eu ficaria na Câmara dos Deputados. É muito desigual. Ademais, analisando a situação, entendi que posso ser mais útil no Estado do que em Brasília. Com minha experiência de sete anos de prefeito de Joinville acredito que posso desempenhar bem a função.

ND – O que a Educação pode esperar do senhor?

Tebaldi – Muito trabalho. Eu tive ontem a primeira reunião com o atual secretário para começar a transição. Estou me inteirando dos projetos e dos problemas da pasta. Minha gestão como prefeito foi reconhecida na área de Educação. Defenderei a formação dos professores. Prometo fazer concursos públicos. Há anos não é realizado concurso público no Estado. Quando prefeito, eu fazia concurso público de dois em dois anos. Acho que os alunos merecem mais do que a educação formal. Eles precisam desenvolver capacidades complementares.

ND – A violência nas escolas atingiu níveis

alarmantes, a ponto de provocar evasão escolar, tanto de alunos e professores que, por medo, abandonam a escola. O senhor tem planos para para atacar esse problema?

Tebaldi – Essa é uma questão muito complexa que não depende apenas do secretário da Educação. Depende da Segurança Pública e das famílias. Temos que lançar um plano de segurança nas escolas. Em Joinville instalamos câmeras de segurança. A Polícia Militar tem programas de educação e erradicação das drogas. Acho que vamos fazer um mutirão para atacar com veemência esse problema.

ND – Quais são as prioridades da pasta?

Tebaldi – Quando o governador Raimundo Colombo me convidou, ele fez um apelo para cumprir o programa de governo defendido por ele na campanha. E um dos itens desse programa são as Escolas de Ofício. Essa é uma prioridade. Outra são as construções de creches em parcerias com os municípios.

ND – Comparado com outros estados, Santa Catarina apresenta bons indicadores na Educação. O que é possível melhorar?

Tebaldi – Vamos trabalhar para elevar a qualidade do ensino. Isso se faz com professores valorizados e capacitados para o magistério. A educação de qualidade não é apenas um desafio do Estado. É um desafio do Brasil. Os países asiáticos deram um salto porque souberam investir na qualidade de ensino. A Coreia do Sul deve sua inserção na economia mundial graças a universalização da Educação.

ND – Algumas escolas estão em estado precário de conservação. Prédio com infiltração e o telhado ameaçando cair sobre os alunos. Em Joinville, onde o senhor foi prefeito, a Vigilância Sanitária fechou várias escolas que não tinham a menor condição de receber os alunos. Como o senhor vai resolver o sucateamento das escolas?

Tebaldi – Esse é um problema que conheço e reputo como um dos principais a ser enfrentado. De fato, em Joinville as escolas estão sucateadas. Em parte, isso ocorreu porque o Estado foi deixando para depois, porque falava-se em municipalização da Educação, que acabou não se consolidando. Temos que resolver porque nenhum aluno poder ficar fora da escola por um dia sequer.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 14/12/10
Assunto: Florianópolis vai ser sede do Fórum Mundial em novembro de 2011		Página: Online

Florianópolis vai ser sede de fórum mundial em novembro de 2011

O conselho internacional do Fórum Mundial de Educação (FME), reunido no domingo (12), na capital da Galícia, aprovou por unanimidade a escolha de Florianópolis como sede do 2.º Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica. O encontro está previsto para novembro de 2011.

Com a escolha da capital catarinense, será possível instalar o comitê organizador, formado por entidades e instituições parceiras. Elas serão responsáveis pelo encontro, ao lado do Ministério da Educação e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina. O conselho também definiu as atividades que apresentará no FME, que ocorrerá simultaneamente ao Fórum Social Mundial, de 6 a 11 de fevereiro de 2011, em Dacar, Senegal. Uma delas será o resgate da memória das cartas-síntese dos fóruns já ocorridos, com atualização da agenda para o próximo período. Outra, a realização de debate sobre o momento da educação mundial, com destaque para a África.

O conselho internacional do FME reuniu-se durante o Fórum Mundial de Educação Temático (FMEt), em Santiago de Compostela. No encontro, que terminou ontem (13), foi debatido o tema Educação, Pesquisa e Cultura de Paz, com a participação de representantes do Brasil, Uruguai, Espanha e Colômbia.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Editoriais	Data: 14/12/10
Assunto: Maquiagem educacional		Página: 14

MAQUIAGEM EDUCACIONAL

A pretensão do Conselho Nacional de Educação (CNE), ao recomendar que as escolas evitem reprovar alunos até o terceiro ano do ensino fundamental, pode ser bem-intencionada, mas uma mudança desta importância não deve ser implantada sem um engajamento firme da sociedade no debate sobre suas implicações. A proposta ainda será avaliada pelos conselhos estaduais, que terão autonomia para aplicá-la ou não. Ainda assim, é importante que haja absoluta clareza se o objetivo, de fato, é preservar os interesses das crianças ou melhorar artificialmente os indicadores educacionais. O que importa, no caso, é a qualidade do ensino ministrado e como os alunos podem fazer bom uso do conteúdo aprendido para aproveitar melhor as próximas séries e chegar ao final do ensino básico, de preferência, habilitando-se para cursar uma universidade.

Um aspecto fundamental, como destaca a educadora Esther Grossi, é não partir de conclusões equivocadas, como a de que uma criança não tem condições de aprender. É importante levar em conta que o aprendizado não depende apenas do esforço pessoal do aluno, mas também dos professores, da própria escola e dos pais. Toda criança deve ser estimulada na sua capacidade de aprendizagem, mas também precisa aprender a conviver desde cedo com a realidade de um cotidiano marcada por constantes avaliações. Gratificações e frustrações relacionadas ao seu desempenho escolar são inerentes ao seu processo de aprendizado tanto na escola como na vida. Os próprios educadores são constantemente testados na sua capacidade de transmitir conhecimentos. Não por acaso, cada vez se procura aprimorar mais as forma de remunerá-los por critérios meritocráticos.

A proposta definida agora guarda semelhança com a experiência dos ciclos, com origem nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, que concedeu autonomia a estados, municípios e escolas para adotar, ou não, esse sistema. A LDB determina que, nos ciclos, a avaliação deve ser feita no dia a dia da aprendizagem, de diversas formas, incorporando-se à educação formal a experiência de vida trazida pelo aluno do seu universo familiar e social.

No Brasil, a introdução do sistema de ciclos no ensino fundamental surgiu sob polêmica: de um lado, é vista como tentativa de ocultar chagas como a da repetência no país, e, de outro, como um avanço para garantir a permanência e o aprendizado dos estudantes na escola. É esta questão que precisa ser bem administrada para evitar ainda mais problemas à frente.

As séries iniciais têm impacto direto na alfabetização, que é um desafio permanente do país, e em consequência no aprendizado das demais disciplinas, pois não há como avançar sem dominar a leitura. O país tem o dever de garantir eficiência a essa fase decisiva para o futuro de nossas crianças.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Artigos	Data: 14/12/10
Assunto: Ode à educação		Página: 14

Ode à educação

Em editorial de 5 de dezembro (A matemática do atraso), o DC fez um raio X das mazelas da educação: Como os professores são pouco valorizados e ganham mal, o curso de Pedagogia atrai alunos que, muitas vezes, não se consideram habilitados para vestibulares mais difíceis, afirmou.

Em Santa Catarina, nem sempre foi assim: em 1979, no início da gestão Bornhausen, foi concedido aumento real significativo para educadores, além das gratificações financeiras “pó de giz” e “pó de estrada”, para estimular a manutenção de bons professores em sala de aula e em locais de difícil acesso.

SC, então, ostentava destaque entre os estados com melhores indicadores na educação. Técnicos do MEC, de países do Cone Sul, da África e de outros estados vinham “saber o segredo”, verificar os resultados promissores com boas técnicas de alfabetização e baixos índices de repetência.

A Fundação Catarinense de Educação Especial era referência nacional. A Fundação Educacional de Santa Catarina deu start num modelo de interiorização do ensino superior por meio da Acafe, criada em 1974. A expansão das fundações educacionais teve significativa participação na consolidação do desenvolvimento sócioeconômico do Estado. Havia uma geração de educadores comprometida com o processo educacional, apaixonada pelo que fazia, e que colocava o ser humano em primeiro lugar.

Os Estados Unidos fizeram uma revolução na educação em 1870. Em uma década, dobraram o investimento na educação pública e universalizaram o ensino. Em 1910, todas as crianças tinham escola de período semi-integral. Países que ingressaram na categoria dos desenvolvidos fizeram-no com bons padrões de educação, especialmente fundamental. Exemplos recentes: China, Coreia do Sul, Chile e Japão.

Nunca se arrecadou tanto no Brasil, mas a prioridade à educação é de efeito acústico, retórica como chuva de verão.

João Aderson Flores - Psicólogo



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Joinville	Data: 14/12/10
Assunto: Na prática, poucos reprovavam		Página: 08

Na prática, poucos reprovavam

Orientação do CNE de aprovar a todos até o 3º ano vale a partir de hoje

A resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE), que sugere que as escolas aprovelem todas as crianças até a 3ª série do ensino fundamental, não deve causar mudanças nas escolas da rede pública de Joinville: elas já seguiam esse sistema de ensino desde que implantaram o nono ano.

As novas diretrizes curriculares, aprovadas pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, no fim de semana e publicadas hoje no Diário Oficial, definem que, enquanto a criança estiver em processo de alfabetização, ela não deve seguir regras de aprovação e, por isso, não pode ser reprovada. A diretriz não tem peso de lei e não transformará a regra em termo obrigatório para as escolas, mas deve guiar o ensino brasileiro. “Quando modificaram o currículo para implantar o ensino fundamental de nove anos, já havia essa sugestão de tratar as séries iniciais como parte do ensino infantil, já que o aluno ainda está em formação”, afirma a professora de pedagogia Sônia Pereira, mestre em educação e cultura.

O CNE sugere que até a terceira série, quando o aluno tem nove anos, ele deve ter a alfabetização como objetivo e uma reprovação poderia atrapalhar o desenvolvimento da criança na escola.

Para Sônia, as diretrizes do CNE colaboram para o foco na educação infantil, baseada na formação da linguagem. Não é só a alfabetização que está em jogo nessa fase, mas também o desenvolvimento corporal e mental do aluno. Por isso, os três primeiros anos da educação fundamental passam a contemplar atividades de formação mais ligadas ao universo infantil, trabalhando o desenvolvimento da fala e da expressão.

Segundo o conselho, os três primeiros anos do ensino fundamental devem ser considerados um bloco único. O aluno só poderia ser reprovado no final da terceira série, quando a escola percebesse que ele não alcançou a alfabetização de forma efetiva. “Isso não quer dizer que o aluno será promovido automaticamente, mas a reprovação tem de ser o último recurso”, afirma a coordenadora de educação municipal Rosânia Campos.

Novas formas de avaliar já em vigor

As escolas da rede estadual de Joinville já mudaram o sistema de avaliação das séries iniciais. Desde 2008, alunos de 1º a 3º ano recebem boletim que não traz notas, mas descrições dos avanços e das dificuldades em cada disciplina.

“Os professores passaram por treinamentos para criar conceitos e conteúdos que devem ser ministrados nas séries iniciais. Depois, se reuniram para elaborar as



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.rct-sc.br>

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: excom@sed.rct-sc.br; ramais: 6161, 6163; Fax: 6162

descrições”, conta a supervisora de educação básica da Gerência Regional de Educação, Evelise Martins. Com esse sistema, a dificuldade da criança é percebida antes do final do ano e ela passa pela recuperação paralelamente ao ano letivo, com aulas de apoio em horário oposto ao que ele estuda.

Nas escolas municipais, o processo de não reprovar alunos das séries iniciais vem acompanhado de mudanças na matriz curricular e no ano letivo, que a partir de 2011 deve ser estruturado em trimestres. Assim, os alunos terão mais tempo antes de passar pelos exames e farão avaliações processuais. Com isso, o professor também estará preparado para não esperar o fechamento das médias para recomendar provas e aulas extras ao estudante como forma de recuperação da nota.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 14/12/10
Assunto: Benefício que faz a diferença		Página: 31

BOLSA FAMÍLIA

Um benefício que faz a diferença

Florianópolis possui 909 famílias à espera do recurso, que muitas vezes não vem porque a atualização dos dados não é feita

A família da dona de casa Francieli Albano Lima, 25 anos, casada e mãe de três filhas, é uma das 909 que aguardam pelo Bolsa Família em Florianópolis.

O problema é que, segundo a coordenadora do Bolsa Família na Capital, Daniela Chaves, não se pode fazer uma previsão. Isso porque a concessão dos benefícios depende da expansão do programa, seguindo critérios de renda por pessoa, da menor para a maior. Hoje, 6.007 famílias recebem o benefício na Capital. Para ter direito ao programa, uma família precisa ter renda per capita igual ou inferior a R\$ 140.

– Logo no início do programa, quando só tinha uma filha, fiz o cadastro, mas acabei não ganhando. Agora, com três filhas e com o meu marido recebendo um salário médio de R\$ 650, estou esperando por esse dinheiro – diz Francieli, ao lado da filha Tamires, nove anos, ao lado de Karoline, cinco anos, e Jasmine, um ano.

Dependendo da renda per capita e do número de crianças matriculadas em unidades de ensino, cada família pode receber de R\$ 22 a R\$ 200.

– Vou usar o dinheiro para melhorar a alimentação das minhas filhas – revelou a dona de casa, que reside no Bairro Monte Cristo.

Francieli fez o cadastro há três semanas e aguarda pela liberação dos recursos. Ela deve receber R\$ 44 mensais, porque tem duas filhas matriculadas na rede de ensino.

Para quem uma renda per capita é inferior a R\$ 70, o programa Bolsa Família ainda prevê uma ajuda de custo de R\$ 68 mensais. Essa remuneração é para as famílias em vulnerabilidade social.

É o caso da pensionista Jurema Vieira Barbosa, 47, que ganha meio salário mínimo e vive numa casa com outras 12 pessoas.

– Eu recebo o Bolsa Família por dois filhos e um neto. Acabei não fazendo o recadastramento e fiquei um mês sem receber. Com o benefício, não falta comida na nossa casa – desabafou a pensionista, que recebe R\$ 139 do programa.

A coordenadora do programa na Capital, Daniela Chaves, explicou que as famílias precisam atualizar suas informações. Principalmente quando ocorre mudança de escola, de endereço ou de renda. Caso contrário, elas podem parar de receber o benefício.

michael.goncalves@horasc.com.br
MICHAEL GONÇALVES



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 14/12/10
Assunto: Metas governamentais apontam investimentos na qualidade e no professor		Página: Online

Metas governamentais apontam investimento na qualidade e no professor

O governo federal encaminhará amanhã (15), ao Congresso Nacional o Plano Nacional de Educação (PNE). O novo documento sintetiza 20 metas e aponta estratégias para o avanço da educação brasileira no decênio 2011-2020. Em entrevista ao programa de rádio Café com o Presidente, ontem (13), o presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, e o ministro da Educação, Fernando Haddad, ressaltaram que o PNE vai investir principalmente na qualidade da educação e na valorização dos professores.

Atualmente, um professor com formação superior recebe 60% da remuneração de um profissional não docente com formação equivalente. A redução desse percentual é um dos principais pontos do novo PNE. “A próxima década tem de ser a do professor brasileiro para que a carreira do magistério não perca talentos para as demais profissões”, disse Haddad. “Quem está vocacionado para ser professor tem de ser professor; a valorização do professor é o eixo central do próximo plano.”

O PNE 2011-2020 reforça a visão sistêmica da educação, que vai da creche à pós-graduação. Entre as metas prioritárias está a universalização do atendimento desde a educação infantil até o ensino médio — alunos de quatro a 17 anos. “O PNE não é um programa para um governo, é um programa para a educação brasileira que pode perpassar dois governos e meio”, disse Lula. “O importante é que as metas são ambiciosas; estamos prevendo até 2020 chegarmos a 7% do PIB investindo em educação.” Hoje, o índice está em 5%.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 14/12/10
Assunto: Ensinos infantil e médio e gastos são desafios do Brasil, diz estudo		Página: Online

Ensinos infantil e médio e gastos são desafios do Brasil, diz estudo

Qualidade dos professores deve melhorar, segundo Banco Mundial. Apesar dos avanços, país tem longo caminho a percorrer, diz relatório.

Estudo do Banco Mundial divulgado nesta segunda-feira (13) aponta a qualidade do ensino secundário, a eficiência do gasto público, a qualidade dos professores e a educação infantil como os quatro desafios mais importantes da educação brasileira.

A avaliação é de um novo relatório do Banco Mundial, o primeiro após a divulgação dos dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), que apontaram o Brasil como um dos países que mais evoluiu nos resultados educacionais entre 2000 e 2009.

Os dados são apresentados pelo diretor do Banco Mundial para o Brasil, Makhtar Diop, e pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, no Ministério da Educação, em Brasília.

O estudo "Chegando a uma educação de nível mundial", na tradução oficial, também aponta que o Brasil fez progressos na educação básica nos últimos 15 anos, mas ainda tem um longo caminho a percorrer para atingir seu objetivo de chegar ao nível dos países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) até 2021.

Em relação à qualidade dos professores, o relatório nota a necessidade de atrair pessoas mais capacitadas para ensinar e também aponta políticas inovadoras adotadas por estados tais como São Paulo, Minas, Pernambuco e o município do Rio, que introduziram programas de bônus para professores.

Em relação à educação infantil, o Banco Mundial observa que o Brasil está aumentando rapidamente o ensino pré-escolar e a cobertura das creches, mas seria preciso um maior foco sobre a qualidade desses serviços (incluindo os currículos, formação e supervisão de monitores e educadores, o acompanhamento e avaliação de programas).

Com a transição demográfica, que produzirá uma redução da população de idade escolar na próxima década, o Banco sugere usar os recursos que serão liberados para aumentar a qualidade -- sobretudo do ensino secundário. Uma prioridade poderia ser o oferecimento de ensino integral diurno para os 42% de alunos do secundário que atualmente cursam escola noturna de quatro horas.

“Principalmente, é preciso maximizar o impacto das políticas federais na educação básica e manter o atual rumo de equalização de financiamentos, monitoramento de resultados, e transferências de rendas, que vêm sendo altamente eficazes”, disse Makhtar Diop, diretor do Banco Mundial.



ESTADO DE SANTA CATARINA

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – site: <http://www.sed.rct-sc.br>

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO - e-mail: excom@sed.rct-sc.br; ramais: 6161, 6163; Fax: 6162

Segundo o estudo, o Brasil teve o mais rápido aumento do nível educacional médio da força de trabalho em todo o mundo (ultrapassando a China, que detinha o recorde nas décadas anteriores), passando de 5,6 para 7,2 anos de escolaridade de 1990 a 2010. Ao mesmo tempo, o Brasil atingiu a cobertura universal da educação primária e teve forte progresso no aumento da conclusão do ensino primário (de 40% para 72%), e obteve a mais rápida expansão das matrículas no secundário da América Latina. Porém, ainda é preciso evoluir em alguns pontos, de acordo com o relatório.

Clipping

CNTE

Um terço dos professores leciona sem curso superior

↳ Data: 14/12/2010
↳ Veículo: VALOR ECONÔMICO -SP
↳ Editoria: BRASIL
↳ Jornalista(s): Luciano Máximo
↳ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
 ENSINO SUPERIOR
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Luciano Máximo | De São Paulo

14/12/2010

Quase um terço dos professores da educação básica das redes pública e particular do Brasil não tem formação adequada. Do total de 1,977 milhão de docentes, 636,8 mil - 32,19% - ensinam sem diploma universitário. De acordo com dados de 2009 do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o quadro piora nas regiões mais pobres do país.

Dos cerca de 600 mil professores do Nordeste, metade não tem ensino superior. Na Bahia e no Maranhão, mais de 60% dos profissionais do magistério não cursaram a universidade. Nos Estados da região Norte, os docentes apenas com ensino médio e fundamental somam 76,3 mil, número que representa 45,98% do total. Dos 70,7 mil professores do Pará, 39,7 mil (56,14%) apresentam formação inadequada. No Sul, Sudeste e Centro-Oeste, a taxa média dos sem-diploma é de 20% de um total de 1,213 milhão de docentes.

Nos últimos dez anos, o país reduziu em 17 pontos percentuais a taxa de professores sem curso superior. Dados do Inep de 1999 mostram que 49,3% dos 2,338 milhões de docentes do ensino básico não eram formados na universidade. No Norte e Nordeste, a média dos profissionais sem diploma era de 75,29% e 71,55%, respectivamente. Segundo especialistas, o lento avanço na formação inicial de professores se deve à execução de políticas esparsas, que não contavam com integração entre as diferentes esferas de governo.

Na avaliação de educadores e autoridades, a defasagem de escolaridade no magistério é um dos problemas mais graves da educação brasileira. Afeta diretamente - para baixo - os resultados de indicadores que medem a qualidade do ensino. "Uma escola funciona sem certos equipamentos, sem diretor, sem um monte de gente, mas não sem professor", raciocina Ocimar Munhoz Alavarse, professor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP).

Os números desenham bem o problema. Quanto maior o percentual de docentes com formação inadequada, menor é a nota do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Os piores Estados em formação, como Bahia, Maranhão e Pará, tiveram as piores médias do Ideb para ensino médio, entre 3 e 3,3. Por outro lado, Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná, que sustentam os maiores percentuais de professores com terceiro grau, estão posicionados na parte de cima da tabela do Ideb, com notas que vão de 3,8 a 4,2.

Para tentar resolver o problema, em 2009, o governo federal enviou ao Congresso projeto de lei (PL 280) que torna obrigatória a formação universitária do docente para todas as etapas do ensino básico, do infantil ao médio, e lançou um Plano Nacional de Formação de Professores (Parfor), sob a responsabilidade da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), em parceria com Estados e municípios. A nova política prevê a abertura de 400 mil vagas em licenciaturas exclusivamente para professores das redes municipais e estaduais com defasagem de escolaridade em cerca de 150 universidades federais, estaduais, comunitárias e instituições de ensino a distância de 25 Estados. Estima-se um gasto de R\$ 2 bilhões em três anos.

As inscrições no plano de formação são feitas pela internet na Plataforma Paulo Freire e dependem de aprovação das secretarias municipais e estaduais de Educação. Em seguida, a demanda é encaminhada às universidades participantes, que recebem recursos federais para abrir os cursos. A Capes prevê o preenchimento de cerca de 50 mil vagas, presenciais e a distância, no primeiro semestre de 2010.

Apesar dos esforços, o diretor de educação básica da Capes, João Carlos Teatini, admite que a meta de zerar o número de professores sem formação superior pode levar dez anos. Segundo ele, é preciso levar em conta que o tempo médio de conclusão dos cursos do plano de formação é de três anos e país continua contratando professores sem diploma universitário. Em 2009, o estoque de docentes da educação básica apenas com o ensino médio ficou bem acima do objetivo do plano, em cerca de 625 mil - 22% mais que os 510,8 mil profissionais registrados nas redes

pública e particular um ano antes.

"Esperamos fechar 2010 com 100 mil entradas desde o início do Parfor, no segundo semestre de 2009. O maior desafio é mobilizar Estados e, principalmente, municípios. Eles precisam levantar a demanda e garantir as condições para que o profissional fique no programa, o que nem sempre acontece. Por isso foram criados os fóruns estaduais permanentes de apoio à formação", afirma Teatini.

Na Bahia, onde mais de 100 mil professores não têm diploma universitário, 12,5 mil profissionais da rede estadual estão matriculados no plano de formação. Cada um deles recebe cerca de R\$ 500 extras no contracheque para custear os gastos de locomoção, hospedagem e alimentação durante o curso. "Temos 417 municípios e apenas 32 têm universidades. Esse auxílio é muito importante para o sucesso da política. Há muitas prefeituras que não liberam recursos e inviabilizam a obtenção do diploma", conta Penildon Silva Filho, responsável pela área de formação da Secretaria Estadual da Educação da Bahia.

Segundo ele, a defasagem de escolaridade está concentrada na rede municipal. "Pelos nossos levantamentos, 7,5 mil professores da rede estadual e 58 mil da rede municipal estão aptos para participar do Parfor." No âmbito dos fóruns permanentes, governos estaduais e a Capes estudam ajudar as prefeituras a custear bolsas para o plano de formação.

Além do problema da formação inicial, João Carlos Teatini levanta outro problema: 300 mil professores com formação superior atuando fora da área de formação. Esses também estão credenciados a entrar no Parfor. "São licenciados em física dando aula de matemática, graduados em pedagogia lecionando língua portuguesa. Isso gera um prejuízo enorme no aprendizado."

É o caso de Georgia Juli Souza, professora da rede estadual no município baiano de Itabi, na região de Anápolis. Formada em geografia, ela dá aula de educação física. "Houve uma reformulação no quadro de professores da escola e ficou faltando um professor. A escola não ia abrir concurso só para essa vaga, alguém tinha que assumir. Eu fui escolhida para completar minha carga horária", lembra.

No começo do ano, ela se inscreveu na Plataforma Freire para a licenciatura em educação física. Uma semana por mês ela viaja para Anápolis, onde estuda, em período integral, de segunda a sábado, com gastos cobertos pelo Estado direto no salário. "Não gosto de entrar em outras disciplinas, mas como tive que entrar é melhor estar preparada. Antes não tinha noção, as aulas eram mais recreativas. Agora tenho mais responsabilidade, trabalho com metodologia, pensando no bem-estar e no desenvolvimento dos alunos dentro da escola", conta Georgia.

Clipping**CNTE****13/12/2010 - Escolas de ensino médio receberão CD com desaparecidos na ditadura**

➤ Data: 13/12/2010
➤ Veículo: NACIONAL
➤ Editoria:
➤ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja o vídeo/áudio da matéria](#)

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Segundo a rádio nacional AM, oito mil escolas públicas de Ensino Médio vão receber do governo um CD-ROM com a história de 394 mortos e desaparecidos entre 1962 e 1985. O objetivo é preservar a lembrança desse episódio histórico, e impedir que ele se repita.

O Secretário Nacional de Direitos humanos, ministro Paulo Vanucchi, afirmou que documentar essa fase da História é uma iniciativa corajosa.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, disse que a juventude não conhece o período da Ditadura.

Clipping

CNTE

13/12/2010 - Banco Mundial diz que Brasil precisa melhorar qualificação de professores

• Data: 13/12/2010
• Veículo: AGÊNCIA BRASIL
• Editoria: NOTÍCIAS
• Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Amanda Ciegliniski

Repórter da Agência Brasil

Brasília - Para melhorar a qualidade da educação na próxima década, o Brasil precisa atrair para a carreira docentes os jovens mais talentosos do ensino médio, garantindo profissionais mais qualificados nas salas de aula. É o que aponta um estudo divulgado hoje (13) pelo do Banco Mundial. Entretanto, diz a instituição, nos últimos anos cresceram muitos os gastos com professores no país, sem um retorno desse investimento.

Na avaliação do ministro da Educação, Fernando Haddad, não é possível melhorar a qualidade do ensino oferecido sem aumentar significativamente a remuneração do docente. Segundo ele, hoje um professor ganha 40% menos do que outros profissionais de nível superior. Ainda que as melhorias salariais sejam feitas, levará tempo até que a carreira volte a ser atraente para a juventude, afirmou.

"Na Alemanha, eles aumentaram o salário dos professores nos anos 50 e os jovens levaram quase dez anos para perceber. A sociedade levou quase uma década para assimilar que algumas coisa estava acontecendo. Ainda pagamos 60% do que deveríamos pagar, o salário médio do professor não pode ser inferior ao salário das demais profissões. Isso é uma posição cristalizada do MEC."

O coordenador de Desenvolvimento do Banco Mundial no Brasil, Michele Gragnolati, disse que a questão do professor é um problema "complexo", que não se resolve apenas com salário. O relatório do Banco Mundial também coloca como exemplo de experiências bem-sucedidas o pagamento de bônus a professores por bom desempenho, com base no resultado dos alunos nas avaliações. Essa política é adotada em alguns estados, como São Paulo e Minas Gerais, e muito criticada pela categoria.

Haddad ressaltou que a fórmula não pode ser replicada em todas as unidades da Federação, mas evitou se manifestar contra ou a favor de tal modelo. "O que funciona em um estado não funciona em outro. Todo professor quer ser avaliado por mérito. A pergunta é: como aferir o mérito do professor. Alguns entendem que deve ser pelo desempenho dos alunos em testes padronizados, outros por avaliação didático-pedagógica. Não podemos passar uma receita de bolo", disse.

O ministro lembrou também projeto lançado este ano para criar o Exame Nacional de Ingresso na Carreira Docente, uma espécie de Enem dos professores. Os participantes poderiam usar a nota obtida na prova para ingressar em diferentes redes de ensino. A primeira edição seria em 2011. "É preciso combinar a melhoria das condições salariais com um ingresso mais criterioso na carreira. Não há critério muito adequado, os concursos são mal feitos, temos muito professores temporários trabalhando", citou.

Edição: Nádia Franco

Clipping

CNTE

13/12/2010 - Sistema de avaliação educacional do Brasil é um dos melhores do mundo, diz estudo

➤ Data: 13/12/2010
➤ Veículo: CLICABRASÍLIA
➤ Editoria: ÚLTIMAS NOTÍCIAS
➤ Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
 ENSINO MÉDIO
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Um estudo divulgado hoje (13) pelo Banco Mundial destaca a consolidação das avaliações educacionais no Brasil e cita como um grande avanço a criação, em 2005, do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). O indicador atribui notas, em uma escala de 0 a 10, a cada escola pública do país. "Nenhum outro grande país com regime federativo no mundo conseguiu esse feito", diz o estudo.

O Ideb mede a qualidade do ensino oferecido pelas escolas públicas com base na nota da Prova Brasil e dos índices de reprovação. Ele atribui uma nota a cada escola, assim como às redes municipal e estadual, que precisam cumprir metas bienais para melhorar seus índices. De acordo com o Ideb de 2009, a média nacional foi de 4,6. Até 2022, a meta é chegar a 6 pontos. O relatório destaca que cada segmento do sistema educacional brasileiro tem um ponto de referência para medir o grau de aprendizado de seus estudantes estão aprendendo e a eficiência da escola ou sistema escolar.

O estudo reconhece "progressos notáveis" na educação básica brasileira nos últimos 15 anos, mas ressalta que o país precisa acelerar o ritmo se não quiser perder espaço no mercado global para países com populações mais preparadas para o trabalho. Ainda conforme o estudo, o Brasil teve o mais rápido aumento do nível educacional da força de trabalho em todo o mundo, ultrapassando a China - entre 1990 e 2010, a escolaridade média da população passou de 5,6 para 7,2 anos de estudo.

Segundo o Banco Mundial, tais resultados são fruto de uma política que começou em 1995, quando o governo federal assumiu a tarefa de equilibrar o financiamento da área, com o Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental, a criação de avaliações como o Saeb e de programas de distribuição de renda condicionados à frequência escolar, como o Bolsa Escola. A ampliação dessa política e a adoção de novas medidas na área resultaram na melhoria do ensino brasileiro, afirma o relatório.

"Em 1993, aproximadamente 70% da força de trabalho não haviam completado o ensino médio. Hoje este número é de 40%. A maior mudança não é o acesso ao ensino fundamental, mas sim a proporção muito maior de crianças que permanecem na escola até completar o ensino médio", diz o Banco Mundial. Hoje os estudantes brasileiros completam entre nove e 11 anos de escolaridade, independentemente do nível escolar de seus pais. "Em 1993, a criança [filha] de um pai sem educação formal completaria em média somente quatro anos de escolaridade."

Apesar dos avanços no acesso à educação, o Brasil ainda está "muito longe" de alcançar os níveis de aprendizagem e a eficiência de fluxo estudantil dos países da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Banco Mundial alerta, porém, que o nível de aprendizado dos alunos é que "realmente conta para o crescimento econômico e não quantos anos de escolaridade eles completam".

Fonte: Agência Brasil

Clipping

CNTE

13/12/2010 - Trabalho em horário de aulas provoca evasão escolar em todo o Brasil

› Data: 13/12/2010
› Veículo: TV GLOBO
› Editoria: JORNAL DA GLOBO
› Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
OUTROS

[Veja o vídeo/áudio da matéria](#)

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

São 60 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que não concluíram o ensino fundamental. É uma forma de sustentar o presente que compromete o futuro, mas saídas são encontradas pelo país.

Sala vazia na escola, sala lotada no fórum. Em Santo Estevão, interior da Bahia, o juiz quer saber dos pais porque os filhos não vão às aulas.

"Cento e noventa e oito faltas! Por que tanta falta? O que é que está acontecendo?", pergunta o José de Souza Brandão - juiz da Infância e da Juventude na cidade. "Ele se arruma para ir pra escola, vai para o colégio, só que", diz a mãe.

A mãe tenta justificar, mas, para o menino de 15 anos, a chance de concluir a 5ª série em 2010 já era. "Tava tirando nota ruim, aí não queria estudar mais", afirma o garoto. Outro aluno largou as aulas para trabalhar. "Ajudante de pedreiro", responde ao juiz, quando perguntado sobre a profissão.

São 60 milhões de brasileiros com mais de 15 anos que não concluíram o ensino fundamental. Na segunda maior cidade do Maranhão, crianças ficam em um lixão em horário de aula. O acesso ao lixão na cidade de Imperatriz é liberado 24 horas. Não havia nenhum guarda ou fiscal da prefeitura. Ir à escola não é a prioridade.

"Se você for ao lixão na parte da manhã, eles vão alegar que a criança estuda à tarde. Se você for pela parte da tarde, estuda pela manhã, está entendendo?", diz o conselheiro tutelar João Gualberto Bandeira.

Em Antônio Cardoso, no interior baiano, uma arena é usada para rinha de galos. Na acusação da Justiça, quem toma conta do lugar é um menino de 15 anos que abandonou a escola.

O adolescente mora com uma mulher, que diz que a rinha não está mais funcionando. "A rinha foi minha, eu aluguei, mas já acabou. Ele não era como meu empregado, era como se fosse filho", diz Ana Rita Costa Pinto, dona da rinha.

Ana se defende dizendo que cuida do menino porque a mãe dele é alcoólatra. "Ele vivia na rua, eu dava R\$ 10 para ele emendar outras coisas. A mãe dele não dava nada para ele", afirma. "Eu fico com pena dele, porque, se ela voltar a beber, ele vai ficar com fome de novo".

Encontramos a mãe do adolescente na sala de aula. A Justiça determinou que ela acompanhasse o filho para forçá-lo a ir à escola. Para Ocimar Munhoz Alavarse, é uma medida polêmica. "Isto pode inclusive aumentar a repulsa dele em relação à escola, a ideia de vergonha, porque você pode estar expondo os alunos e seus pais a um constrangimento público", afirma o educador.

Em Santa Maria, interior gaúcho, com uma moto e força de vontade, uma professora conseguiu praticamente acabar com o abandono escolar. Em 1997, 16% dos alunos da rede municipal não concluíam o ano letivo. Hoje, este número é quase zero.

"A gente sabe que dá! Que a criança tem chance, que o adolescente tem chance, basta nós estarmos do lado e oferecermos as oportunidades para esses adolescentes", diz Lucy Duarte, professora especializada em orientação escolar.

A ideia é simples. Quando o aluno falta dez dias, a escola comunica a Secretaria de Educação, e Lucy vai ver o que está acontecendo. A própria Lucy diz que Fernando Nuiem foi o melhor exemplo que ela tem.

"Passei em torno de umas cinco escolas, eu era bem encrenheiro", conta Fernando. "Fernando estava totalmente perdido, totalmente fora da escola. E, a partir dali, nós passamos a atuar, vamos dizer assim, diariamente com o Fernando, sempre controlando e tentando ajudar o Fernando", explica Lucy.

"Essa retomada dos estudos, para mim, foi um passo que precisava muito acontecer na minha vida. Essa busca por eu ter uma formação, eu ser alguém na vida, eu ter condições de dizer: olha, eu estudei, batalhei, me formei. Agradeço do fundo do meu coração. Por tudo", conclui Fernando.



CLIPPING

Veículo: http://www.nota10.com.br/	Editoria: Brasil	Data: 14/12/10
Assunto: Câmara rejeito criação da atividade de agente de educação		Página: Online

Câmara rejeita criação da atividade de agente de educação

A Comissão de Educação e Cultura rejeitou, na quarta-feira (8), o Projeto de Lei 6571/09, do deputado Pompeo de Mattos (PDT-RS), que institui a atividade de agente de educação.

De acordo com relator, deputado Carlos Abicalil (PT-MT), a proposta confere a esses profissionais atribuições próprias dos docentes e das escolas, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9.394/96).

Segundo a Agência Câmara, como a proposta foi rejeitada, em caráter conclusivo, pela única comissão que lhe analisou o mérito, ela será arquivada, caso não haja recurso para que sua tramitação continue no Plenário.

Pelo projeto, seria competência dos agentes de educação, por exemplo, “acelerar o processo de aprendizagem”. Abicalil destaca que, de acordo com a LDB, compete aos docentes “zelar pela aprendizagem dos alunos”.

A proposta estabelece ainda que os agentes deverão comunicar aos órgãos competentes situações de abandono da escola, moral e material, assim como violência doméstica e vulnerabilidade social. O relator reafirma que “parte dessas medidas já estão previstas na legislação educacional para as escolas ou docentes”.



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN Joinville	Data: 14/12/10
Assunto: Nova prova será feita amanhã		Página: 06

Nova prova será feita amanhã

Estudantes prejudicados com erro de impressão farão outro exame

A polêmica envolvendo um erro de impressão em parte das provas do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em novembro, pode acabar amanhã. Quase dez mil estudantes que haviam sido prejudicados porque alguns itens faltavam ou se repetiam nos cadernos amarelos foram convocados para refazer a prova.

O exame será feito às 13 horas, em 17 Estados onde ocorreu o problema. Os candidatos que registraram queixa no site do Inep foram convocados por e-mail, mensagem no celular e telegrama.

Os estudantes podem conferir o local da prova pela internet. Quem recebeu o caderno de questões sem nenhum problema na avaliação anterior não precisa repetir o exame, mesmo que tenha sido convocado.

Joinville é uma das 42 cidades catarinenses onde o Enem poderá ser refeito – o número de joinvilenses que devem participar da nova prova não é confirmado pelo Inep. Em novembro, o Ministério Público Federal foi procurado por candidatos que tinham medo de ser prejudicados.

Apenas na semana passada o Ministério da Educação (MEC) confirmou a aplicação da prova ao notificar os candidatos. “Nesse tempo, os responsáveis pelo Enem não souberam se comunicar com o estudantes como deveriam. Foi um período confuso. Demorou até que confirmassem a nova prova”, critica a estudante joinvilense Graziela Demétrio, 29 anos.

Mesmo tendo se preparado para refazer o exame, ela não ficou satisfeita com a nova data. “É no meio do meu expediente, por isso vou ter que sair mais cedo do trabalho. Apesar de ser uma nova oportunidade, será mais um dia perdido fazendo uma prova desgastante”, reclama.